

TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NA AMAZÔNIA ACREANA¹

Grupo de Trabalho 18 - Reestructuración productiva, trabajo y dominación social

Eurenice Oliveira de Lima*

Letícia Helena Mamed**

Resumo

No Brasil da década de 1990, as estratégias do capital para superar a sua crise impôs ajustes estruturais que alterou a forma de organização da extração do trabalho excedente, repercutindo sobre a institucionalidade do Estado, das empresas e das formas de venda da força de trabalho. Esse artigo, inspirado em referencial teórico crítico, busca apreender o processo de reestruturação produtiva, na Amazônia acreana, na perspectiva da acumulação flexível, revelando os nexos particulares da reprodução do capital como privatização dos bens naturais e precarização social. A resistência contínua é a marca distintiva de um sujeito histórico que contribui ativamente, quase sempre sem empregos formais, sem salário definido previamente, sem garantias de trabalho, ou com contratos temporários, baixos salários, ou “bolsas” compensatórias.

Palavras-chave: Amazônia; Trabalho; Precarização.

Introdução

A precarização é uma característica histórica das sociedades orientadas pela lógica da produção de mercadorias e tem mostrado as suas faces ao longo das várias fases do capitalismo. Os trabalhadores empregados vivenciam a precarização de inúmeras formas: baixos salários, prolongamento da jornada de trabalho, destituição de direitos, ritmo estressante, insalubridade, adoecimento, assédio moral e sexual, discriminação política, de gênero, étnica, religiosa. Fora do emprego a precarização esta relacionada com: terceirização, trabalho parcial, trabalho por tempo determinado, informalização, Bolsas verde, Bolsa Família, ausência de direitos. Em pleno século XXI, o adensamento dessas características resultam no padrão de trabalho, educação, residência, alimentação, saúde, vivenciado pelos trabalhadores (Alves, 2012; Antunes, 2012; Braga, 2012; Castels, 1998; Druck, 2012; Engels, 2008; Marx, 1975; Mészáros, 2006).

Esse referencial teórico mostra que a precarização atinge a todos os expropriados dos meios de sobrevivência e dos meios de produção que são livres para vender a sua força de trabalho, assumindo faces variadas, tanto nos locais de trabalho quanto nas situações de desemprego.

¹ Resultados parciais da investigação em curso dos projetos de pesquisa “Ambulantes no Centro de Rio Branco (AC)” e “Os Guardadores de Carro em Rio Branco (AC)”, desenvolvidos com apoio financeiro do programa PIBIC-CNPq-UFAC; vinculados ao projeto institucional “Trabalho e Ambiente na Amazônia Ocidental”; e inscritos no grupo de pesquisa certificado pelo CNPq “Mundos do Trabalho na Amazônia”.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Professora Adjunta 4 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC), com atuação nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Econômicas. Contato: prof.nice@yahoo.com.br.

** Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Professora Assistente 2 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC), com atuação nas áreas de Ciências Sociais e Comunicação Social. Contato: leticiamamed@gmail.com.

Além disso, a precarização é construída pelas estratégias de sucção de mais valor de cada capitalista para vencer a competição interclasse, que estão relacionadas com a organização do processo de trabalho, com as formas de gestão e com a introdução de novas tecnologias, as quais são atualizadas e renovadas a cada ciclo de crise e reestruturação.

Portanto, o processo de precarização não é natural, cultural ou inevitável, mas racional e politicamente selecionado por empresas de capitalismo global, associadas ao Estado e dirigida pela fração da burguesia financeira orientada pela cartilha neoliberal escrita pelas agências como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial de Comércio (OMC), entre outras.

A partir da década de 1990, na perspectiva da acumulação flexível, as estratégias do capital para superar a sua crise consolidaram a precarização no emprego nos vários locais de trabalho, atingindo desde aqueles que estão no topo da escala salarial como os altos executivos do Vale do Silício nos Estados Unidos², até aqueles trabalhadores imigrantes de outras regiões do Brasil e aqueles provenientes do Peru, da Bolívia, do Haiti, e de outras regiões da África - que se deslocam pela Amazônia, em busca de oportunidades de trabalho e vida (Harvey, 1992; Mamed, 2013; Brym et al., 2010).

Inspirado neste referencial teórico e focalizando o universo empírico da experiência histórica da Amazônia acreana, este artigo, parte do suposto que existe um padrão particular de precarização construído historicamente nas várias fases de inserção da força de trabalho para a formação social acreana, viabilizado a partir de relações sociais presentes desde o seringalismo, passando pela fase da implantação da pecuária até a fase atual, que atualiza o padrão arbitrário, gestado desde os seringais, de flutuação e vulnerabilidade presente na experiência da maioria dos trabalhadores. Para maior clareza, inicialmente apresenta-se o contexto mais geral da precarização no qual se insere a cadeia produtiva da madeira em Rio Branco (AC), seguido dos impactos da privatização das telecomunicações e a experiência da informalidade na cidade³.

1 Amazônia acreana e a precarização da força de trabalho

No Acre, a partir da década de 1970, a estrutura produtiva apresentava sinais de mutação em relação às fases anteriores referenciadas pelo seringalismo: a pecuária e a atividade de extração madeireira assumiram a dianteira sobre as atividades da borracha, da castanha e da produção de grãos. Sobre essa base produtiva, pecuaristas e madeireiros assumem posição no topo da estrutura social local e o crescimento da formação de pastagens, passa a predominar sobre a produção de alimentos. O desafio era garantir a reprodução social das famílias que viviam da produção familiar evitando os efeitos socioambientais destrutivos.

Enquanto permanecia a situação crítica de acesso a produção dos bens de sobrevivência e o desrespeito aos direitos conquistados em décadas de organização e luta social, o Partido dos Trabalhadores liderando a Frente Popular, assume a condução do Estado do Acre. Nesse clima catalizador de esperanças e rebeldias, o Estado, que de início se colocava a serviço da “conservação da

² A precarização, neste caso, está relacionada com a constante inovação tecnológica e com os ciclos cada vez mais rápidos de crise e reestruturação do capital, impondo a rotatividade de pessoal para incluir os “novos talentos”.

³ A precarização na Amazônia-acreana, mencionada neste artigo, também está sendo estudada em outros projetos de pesquisa sob responsabilidade das autoras. No momento, a terceirização é o elo mais visível da vinculação de trabalhadores atuantes no ramo dos serviços, como limpeza, segurança etc., além dos contratos provisórios existentes no setor público, como educação e saúde, e em diversas áreas da administração pública do estado. O temor ao desemprego impede o acesso a esses trabalhadores e por isso a pesquisa se desenvolve mais lentamente.

natureza com formas de exploração mercantil não predatória”, paulatinamente é redirecionado pela lógica da valorização do capital e a floresta deixa de ser um bem natural para a produção de valores de uso, passando a ser matéria prima extraída de acordo com os movimentos do mercado mundial. As técnicas de “manejo florestal” transformaram cada árvore em um número da contabilidade de algum conglomerado financeiro mundial e se transformaram em um grande estoque de matéria-prima para ser incorporado à produção, ao ritmo do mercado. As árvores estão lá, as florestas estão lá, mas já foram identificadas como componentes de algum campo de manejo e receberam etiquetas com códigos de propriedade, por isso são matérias-primas não são mais, nem árvores nem florestas.

Os elementos analíticos dessa discussão são revelados pelos desdobramentos da cadeia produtiva da madeira, em Rio Branco (AC) (Loureiro, 2012). É possível identificar dois momentos principais no uso da floresta: primeiramente que, até a década de 1970, não havia devastação ou destruição do meio ambiente, principalmente se considerarmos que desde o período histórico tribal e aproximadamente em um século de seringalismo, a madeira teve importância social ligada a satisfação de necessidades da sobrevivência na região, a partir de técnicas de manejo acumuladas pelo conhecimento popular.

Havia o uso social da madeira, aliada a sobrevivência direta ou complementar de vários grupos sociais, seja para consumo individual ou para os pequenos negócios familiares. Consideração que permite afirmar que a produção de valores de uso e/ou a produção simples de mercadorias, está adaptada à conservação dos recursos naturais e reprodução social, no âmbito do Estado (Marx, 1975); em segundo lugar, que desde a década de 1970, a opção pelo modelo de desenvolvimento orientado pela implantação da pecuária extensiva, ocorre ao custo da derrubada da floresta e do processo de expulsão da força de trabalho que vivia das várias atividades permitidas pela combinação de extração de látex, coleta da castanha, agricultura de subsistência, criação de animais em escala doméstica, entre outras atividades.

Por isso, é que a implantação da pecuária, em grandes áreas, que antes pertenciam à produção familiar, se realiza pela expropriação/apropriação dos meios de trabalho e dos meios de subsistência, em outras palavras, com alto custo social. O excedente de força de trabalho, assim produzido, é compelido para as cidades e para a luta por trabalho e renda, alimentando a formação continuada de inúmeros bairros, nos quais seus filhos e netos constituem o contingente ativo da força de trabalho cuja sobrevivência define os contornos do processo de urbanização. (Lima, 1994; Marx, 1975).

Esses trabalhadores resistiram de um jeito tal que somente pode ser imaginado, se consideradas as enormes capacidades humanas desenvolvidas para sobreviver em plena floresta amazônica, enfrentando o mundo hostil do trabalho dos seringais⁴. Resistiram criativamente, inventando os adjuntos, mutirões, empates e a reforma agrária dos seringueiros com a concepção das Reservas Extrativistas. Ocuparam áreas na cidade, formaram bairros, construindo suas casas com os mais diversos materiais. (Almeida Neto, 2004; Albuquerque, 2005; Paula & Silva, 2006).

Mas enquanto a resistência se desdobrava, a “floresta vinha abaixo” com a extração madeireira avançando junto com a abertura ou ampliação de fazendas. Depois se autonomiza e adquire características de atividade principal, colocando os “empreendedores” como alvo das instituições defensoras do meio ambiente – floresta, biodiversidade, povos tradicionais – que agiam em instituições federais, estaduais e municipais para cumprir a lei, alimentando a polarização do debate a partir de racionalidades distintas: ou se preserva a natureza ou se incorpora os recursos naturais à produção econômica. O marco regulatório e a exigência de licenças para uso/exploração dos recursos naturais atingiu a todos indistintamente e colocou muitos produtores familiares e alguns “empreendedores” na “clandestinidade”, evidenciando elementos de identidade vivenciada de forma desigual.

⁴ Há extensa bibliografia sobre a prática de extorsões dos seringueiros, executadas pelos seringalistas e seus “guarda-livros”, através do sistema de aviamento. Isso também está presente nos relatos da memória comum presente em cada filho, neto ou bisneto desses trabalhadores. O movimento social de resistência desencadeado a partir da década de 1970 permanece hoje como objeto de análise e pesquisa.

Na década de 1990, o debate continuou polarizado por uma ampla lista de questões importantes e inconciliáveis que podem ser analisadas como o problema do desenvolvimento no Estado: a questão da defesa da floresta para “quem nela vive” e a questão da exploração econômica organizada para os agentes do mercado. A defesa da exploração econômica da floresta ganhou a aposta, mas foi realizada em nome dos povos tradicionais, compatibilizando, idealmente, a racionalidade econômica com a agenda ambiental, explicitando os elementos da reestruturação produtiva, como a privatização da natureza, que na Amazônia-acreana foi denominada de “desenvolvimento sustentável” (Paula, 2005).

No rastro da reestruturação produtiva em andamento no Brasil, o cenário da Amazônia-acreana, pressionava por novas institucionalidades e exigia a mobilização de instâncias mais altas da nação – O Congresso Nacional, Ministério do Meio Ambiente, governos estaduais e demais agências – até a promulgação de leis para organizar o campo do conflito criando salvaguardas, através de técnicas e procedimentos para operacionalizar a extração das árvores, através de licenciamentos para campos de manejo (Drigo, 2005; Silva, 1982).

A prevalência do valor de troca, inserido no circuito mundial de produção de mercadorias, exigiu a aprovação da Lei das Florestas Públicas 11.284/2006, originada no Ministério do Meio Ambiente. Esta lei funciona como uma imensa cobertura legal, definindo mercados e legitimando a ação dos mercadores da natureza, os quais, por meio dos planos de manejo, podem organizar derrubadas de árvores até mesmo em reservas extrativistas. A extração legalizada pela tecnologia dos planos de manejo tinha como contrapartida os altos custos, a demora da avaliação para concessão do licenciamento e as dificuldades de adaptação. Para os fazendeiros e demais empresas extrativistas que contavam com pessoal técnico preparado e a perspectiva do lucro, a adaptação foi rápida. Mas para aquela imensa maioria de produtores familiares, conseguir uma licença para “derrubar uma árvore” era um verdadeiro martírio, que acontecia depois de “dias e dias” perambulando pelas repartições públicas, perdendo dias de trabalho, passando noites mal dormidas fora de casa, depois de andar longas distâncias nos mais diferentes meios de transportes. Assim, a adaptação às novas regras dos planos de manejo tem sido um processo difícil e exaustivo para esses homens e mulheres “que fizeram o Acre” nos momentos mais diferentes de sua formação.

Em outras palavras, a reprodução do mercado da madeira, afetou a forma de inserção de produtores familiares e assalariados localizados ao longo da cadeia produtiva original: o colono, o atravessador, o freteiro, o moveleiro proprietário da serra de fita, o pequeno moveleiro, o marceneiro, o ajudante. Afetou, também, a hierarquia social dos empresários que passaram a ter seus interesses subordinados aos interesses daqueles protegidos pelo Estado: uma empresa instalada no Estado monopolizava a exportação de madeira para outras cidades do Brasil e fora do país; outros empresários aguardavam as licitações para produzir as encomendas do Poder Executivo ou as demandas da construção civil.

Nesse sentido, com a concessão para manejo florestal formalizada na Reserva Florestal Estadual do Antimary, a “indústria do licenciamento” apresentou resultados impressionantes: cresceu 79% em 2010, e na sequência apresentou os seguintes resultados: em 2011 foram licenciados 33,7 mil hectares da floresta para o manejo madeireiro, o que significa 859,39 metros cúbicos de madeira. Em 2012, foram licenciados 22,4 mil hectares em áreas novas, volume equivalente a 750,5 mil metros cúbicos de madeira. Desse volume, “70% ainda estão na floresta” (Arruda, 2013)⁵, em consequência do decréscimo da demanda, houve demissão em massa, algumas empresas mantiveram somente um terço dos trabalhadores e outras demitiram entre 40 a 50%⁶ dos seus efetivos.

Este é o saldo da ênfase em “licença ambiental” para liberar o acesso à matéria-prima e mostrou os limites dessa opção de desenvolvimento diante da crise do capital e suas manifestações no mercado

⁵ Considerando o consumo acumulado, mais os dados apresentados no texto, é questionável a afirmação de que no Acre ainda existe 80% de cobertura vegetal.

local. Entretanto, não mostra os limites do projeto de desenvolvimento sustentável, que entrou na fase da economia verde selecionando os créditos de carbono como a mercadoria do novo negócio ambiental viabilizada pela Lei Estadual 2.308/2010, aprovada na Assembleia Legislativa, por ampla maioria de votos. Essa política verde, apoiada na polêmica ideia de que o Acre possui 88% de cobertura florestal intacta, traz outra forma de ganhar dinheiro com a floresta, como afirma em seu artigo 1º, transcrito, como segue, para que não restem dúvidas:

Fica criado o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, com o objetivo de fomentar a manutenção e a ampliação da oferta dos seguintes serviços e produtos ecossistêmicos: I - o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; II - a conservação da beleza cênica natural; III - a conservação da sociobiodiversidade; IV - a conservação das águas e dos serviços hídricos; V - a regulação do clima; VI - a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; e VII - a conservação e o melhoramento do solo. (Lei n. 2.308, 2010, p. 1)

Em 2010, no embalo das mudanças na racionalização da extração dos bens naturais, outras institucionalidades são concebidas como estratégias de formação de mercados: é a vez da implantação do Instituto de Mudanças Globais, que atuará preservando a biodiversidade para pequenos e grandes produtores, índios e ribeirinhos, dado que a proteção da floresta e a fixação de carbono foi transformado em serviço ambiental. Em linhas gerais, o mecanismo para que o fluxo de carbono se transforme em mercadoria funciona assim: as grandes empresas poluidoras, propriedade dos conglomerados financeiros mundiais, são as compradoras dos créditos de carbono; estas não fazem investimentos em “tecnologias limpas”, dado o seu alto custo, que influi na competitividade e no lucro. No Estado do Acre, aqueles que atuam em atividades que conservam a floresta ou absorvem carbono, acumulam créditos de carbono; e créditos são vendidos para as empresas poluidoras ou extratoras, como serviços ambientais que englobam outras mercadorias, tais como o presidente do Instituto acima mencionado, explica:

Mas no negócio ambiental legalizado por essa lei não estão somente os créditos de carbono, mas outros serviços ambientais que também poderão ser anunciados: como o programa da biodiversidade, água e recursos hídricos, regulação climática e até conhecimentos tradicionais (Amaral, 2012).

Entretanto, não é informado o volume existente desses bens, quem vende, a que preço, quem compra, quem define a bolsa-verde. A outra dimensão da opção pela venda dos créditos de carbono é revelada por Osmarino Amâncio, um conhecido líder orgânico, participante ativo, nas lutas sociais desde a década de 1970, e morador da Reserva Extrativista Chico Mendes:

Só estão mudando o nome, é a privatização do ar, dos meios naturais. Tão privatizando a água, a abelha, o beija-flor, a floresta. Todos os meios naturais estão sendo privatizados em nome de uma economia verde, com apoio do ITTO, Banco Mundial, Comunidade Econômica Europeia, BNDES; é uma economia que representa um golpe para os moradores dessa região. A Lei de Florestas Públicas que a Marina criou, tirou do Estado toda a floresta pública e garantiu a logística desse investimento do grande capital (Amâncio, 2012).

Esse posicionamento articula as duas fases da “mercantilização da natureza” com a participação das agências financeiras internacionais, estabelecendo a relação entre a lei de 2006 e a lei de 2010, acima mencionadas. Entretanto, essa avaliação vai muito além da crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável, pois mostra que a privatização da natureza é a dimensão das políticas neoliberais executadas na Amazônia-acreana. Na mesma marcação, mas na perspectiva de uma visão ampliada sobre a Amazônia, em suas interrelações políticas, econômicas e sociais, sobressai a análise de Paula (2012, p. 12):

Côncio dos danosos impactos sociais e ambientais, dos perigos à democracia que a experiência acriana encerra, (...) o “esverdeamento da economia” tem resultado na multiplicação dos conflitos territoriais, no aumento da degradação ambiental, da concentração de rendas e na reprodução ampliada da pobreza.

A constatação da reprodução ampliada da pobreza, ocorre no contexto social da inauguração da Transoceânica, pensada para ser um corredor de *commodities* para a Ásia, via Pacífico, para os produtos do Centro-Oeste brasileiro – carne, minério e soja – ao custo de 1,25 bilhão, investidos pela Odebrecht empresa que deverá explorar por 25 anos os 710 Km que começam em Cuzco, passa por Maldonado, na região Madre Dios e chega na cidade de acreana de Assis Brasil, sede da tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia

Pelos caminhos da mercadoria, a precarização canalizou o fluxo migratório internacional de trabalhadores acompanhando a abertura da Transoceânica. A rota desenhada, pela mediação dos coiotes na condução do fluxo contínuo de trabalhadores, chega até a cidade de Brasília (AC), na sua grande maioria vindos do Haiti, mas também de outras procedências, em menor número, como Senegal, República Dominicana, Nigéria, Bangladesh, Camarões, Zambia, Colômbia e Equador. Estima-se que aproximadamente seis mil estrangeiros já tenham passado pela região entre 2010 e 2013. Esses imigrantes, formados por homens, mulheres e crianças, são mantidos em acampamentos improvisados, com teto de zinco ou lonas de plástico, no centro da cidade de Brasília, na fronteira com a Bolívia. (Mamed & Lima, 2013).

2 Precarização e outras formas de trabalho

Reesoando os desdobramentos da reestruturação produtiva, no Brasil, germinados a partir da década de 1980, em 1990 o processo de privatização alcança os funcionários públicos do Acre (Alcântara, 2009) na empresa de telecomunicações e se desenvolve como via de enxugamento da máquina administrativa do Estado, ao ponto em que dos 220 funcionários existentes no período de maior contratação, restaram apenas 25, após a privatização. As demissões de funcionários efetivos e diminuições de postos de trabalho para aumentar a produtividade, repercutiram, como descargas elétricas, sobre aqueles trabalhadores que conseguiram construir projetos de vida baseados na ideia de estabilidade no emprego e aposentadorias com salário integral.

A busca pelo crescimento da competitividade transforma a empresa em máquina de produzir vulneráveis e supérfluos, desencadeando um processo de insegurança no emprego, no salário, na representação e nos projetos de vida, de trabalhadores de todas as idades, gêneros, ascendência étnica, e níveis de escolaridade. Assim, esses trabalhadores foram empurrados para o desemprego e para a terceirização, no contexto em que a população economicamente ativa do Estado crescia em 8,45% e o desemprego aumentava em 45,46%. Em linhas gerais, os relatos da pesquisa informam que permanecendo assim, afastados dos amigos, dos antigos colegas de trabalho e da vida na comunidade, muitos se refugiaram na religião, outros na solidão- foram para o alcoolismo, a droga e a prostituição mas muitos tiveram a saúde alterada com manifestações de pressão alta e depressão. Os trabalhadores

que permaneceram no emprego apresentaram manifestações de estresse, dores de cabeça, nervosismo e cansaço extremo.

Pressionados por este contexto social de desemprego crescente e baixos salários, um grupo de trabalhadores construiu práticas criativas de sobrevivência, a partir das seguintes características: a) perfil de escolaridade aquém das exigências do mercado de trabalho, vivendo pressionados pelas necessidades de “dinheiro rápido”; b) por um sistema de transporte público ineficiente e desatualizado; e c) pela necessidade de chegar rápido em lugares de difícil acesso ou perigosos; d) observação de experiências de transporte individual, desenvolvidas em outras cidades do Brasil, no Perú e na Bolívia; e) custo da tecnologia de trabalho relativamente baixo. Neste contexto surgem os mototaxistas, os trabalhadores em duas rodas, precários e autônomos, cujas lutas e organização configuraram um novo campo de trabalho, identificando um nicho de atividade constituído em um processo complexo de luta pela sobrevivência (Campos, 2013).

Inicialmente, trabalhando na clandestinidade, enfrentaram os taxistas, irritados com a perda de clientes. Além disso, trabalhavam sem material de segurança, pressionavam os políticos, participavam das caravanas para Brasília, organizavam manifestação no Congresso Nacional, em várias frentes, lutando pelo direito à permissão para o transporte público. Atualmente, uns têm a moto e a permissão, alguns trabalham em motos alugadas, fazendo “viração”, quando o dono está de folga, mas o pirangueiro – o clandestino, que não pode pagar a permissão – continua atuando em busca de oportunidades, no arriscado trabalho sobre duas rodas, como mototaxistas.

Outro conjunto de trabalhadores afluiu para o Calçadão, localizado no coração da capital acreana, um espaço delimitado por ruas, escolas e uma imensa variedade de lojas, abrigando, em seu interior, locais de comércio de diversas modalidades e improvisações, tais como as bancas fixas e as bancas improvisadas, a feirinha, e uma multiplicidade de pequenos espaços para os vendedores de mídia pirata e os camelôs-de-mão. Situado na passagem entre o Terminal Urbano Central e o centro comercial da cidade, área mais antiga da cidade, por onde transitam mais de 50 mil pessoas em fluxo contínuo e concentrado, diariamente. Trata-se de uma amostra das faces do mundo do trabalho no Acre, com postos de trabalho mal remunerados, desprotegidos e em número insuficientes, estruturalmente marcado pela presença expressiva da informalidade e do subemprego (Druck, 2007).

A pesquisa sobre os camelôs do calçadão do centro de Rio Branco iniciou o registro das estratégias de sobrevivência de uma grande massa de desempregados que vão para o trabalho a céu aberto, vindos do campo, de outras cidades, e até de outros países da América Latina.

Compradas na zona de livre comércio na fronteira do Acre com a Bolívia ou na própria cidade de Rio Branco, as mercadorias vendidas no Calçadão passam para outros locais de venda, inclusive para a região das hidrelétricas em construção no estado de Rondônia, que em dias de pagamento, tudo se compra, como nos garimpos. Alguns têm suas bancas protegidas pelo imposto de funcionamento pago à Prefeitura, outros fogem do “rapa”, que chega demolindo bancas quase virtuais, confiscando o material, prendendo vendedores sem licença. Quando atravessam a fronteira Brasil-Peru, Brasil-Bolívia, para comprar mercadorias, enfrentam fiscalizações, em um vai-e-vem incessante sobre motos, em táxi-lotação, de ônibus, ou até em carros próprios. Quando ultrapassam a cota de produtos, determinada pela Receita Federal, a mercadoria é confiscada, passam por perdas e prejuízos.

Alguns trabalham sozinhos, outros empregam a família inteira no “cuidado da banca”, em que homens, mulheres e crianças no Calçadão ou na fronteira permanecem construindo o espaço para ganhar a vida, no contexto do fluxo da sobrevivência não pode parar. Organizaram-se em associações, hoje com 1900 filiados, nas quais, ora desenvolvem a organização dos associados, ora se aproximam do prefeito da cidade, exigem banheiros públicos, segurança e um shopping popular. Há outro número de vendedores ambulantes que não pagam a permissão para trabalhar, não se filiam ao sindicato, por isso não têm lugares, nem horários fixos, nem registros na Previdência Social. No mercado a céu aberto,

seus anseios de vida e garantias de continuar tendo o que vender, são modulados pela identificação imediata dos fiscais da prefeitura e pelo grito de “olha o rapa!” (Queiroz & Lima, 2012).

Ainda no universo da população supérflua da Amazônia-acreana e incorporando à pesquisa o que geralmente fica à margem da sociedade, há outro grupo de trabalhadores, os guardadores de carros. Esses resistiram a todas as tentativas de tirá-los do centro da cidade de Rio Branco, na área do entorno da Catedral, local estratégico, de clientela cativa. Um movimento maior organizou “o sindicato”, alguns entraram em partidos políticos, outros chegaram a se candidatar. Fazem reuniões a céu aberto, embaixo das árvores, com os papéis dispostos em caixas de papelão, montando estratégias de garantia dos “pontos”, sempre de olho na freguesia.

3 Alguns indicadores sociais

Na década de 2000, a apresentação da questão social na Amazônia acreana contribuiu para delinear um nexos singular da estrutura de acumulação do capital, e pode ser representada pela matemática da precarização, como segue:

- a) A modificação da composição demográfica está consolidada e, apresenta a população total 732.793, da qual 72,61% estão nas cidades e 27,39% é a população rural;
- b) A População Economicamente Ativa (PEA) é composta por 279.287 trabalhadores, das quais 115.737 trabalham com carteira assinada ou são estatutários. Na outra parte da PEA estão os ocupados sem registros legais, os desempregados e outras denominações, contabilizando 163.550 pessoas, ou 59,56% vivendo na informalidade;
- c) O setor que menos emprega é o da indústria, com 4,32%, seguido do setor público (9,62%) e da agropecuária (20,51%). A maior parte está no comércio e serviços (65,55%);
- d) De 2003 a 2010 a grande propriedade teve um incremento de mais de 100% na sua área total, saltando de 2,8 milhões hectares para 6,2 milhões, divididos entre 583 grandes propriedades. As áreas que variam entre 50 a 100 hectares somam apenas 1,4 milhão de hectares, divididos em 23,5 mil pequenas propriedades (Paula, 2012);
- e) Imbricada nessa singular estrutura fundiária encontram-se as 18 terras indígenas a serem demarcadas, cuja expressão é a situação dos quatro povos Jaminawa, que, “sem terra e nem para onde ir, ficam em grande número acampados às margens dos rios e periferia das cidades em situação desumana”.
- f) Dados de janeiro de 2013 informam que atualmente 451.880 pessoas estão cadastradas no Programa Bolsa Família no estado do Acre.

Em outras palavras, no Acre, em mais de uma década de modelo de desenvolvimento sustentável, 61,66% da população é constituída por trabalhadores pobres ou extremamente pobres, sem perspectivas de emprego, sem direitos sociais assegurados e sem reconhecimento social da sua condição de cidadãos. Essa existência absorvida pela exclusão do emprego e afetada pela precarização empurra os trabalhadores e trabalhadoras, que se direcionam em busca de saídas de emergência, uma espécie de refúgio dos sem opção. Assim, tendem a conformar campos de trabalho sem garantias pactuadas, de baixa remuneração e sem representação social (Malaguti, 2000).

Conclusões preliminares

Considerando os desdobramentos e particularidades da precarização na Amazônia-acreana, o ano de 2010 é um marco para a reflexão sobre a questão social: a lei do “negócio ambiental” foi promulgada, começou a circulação de bens e pessoas pela Transoceânica, os imigrantes haitianos iniciam a chegada, e a precarização atinge 60% da população que está desempregada ou com vínculos de trabalho sem documentação (IBGE, 2010).

Em síntese, prevaleceu a reestruturação da cadeia produtiva da madeira, comprimindo a cadeia produtiva original e o reposicionamento da hierarquia em que o mercado mundial está no topo, subordinando a sobrevivência de grupos sociais locais, para garantir a monopolização privada da floresta. Isso ocorreu brechando a industrialização e a organização de serviços complementares, que poderiam aumentar a formação de postos de trabalho, a arrecadação e o consumo. Em outras palavras, aprofundou o extrativismo vegetal, direcionando a produção para o mercado externo, à semelhança do que aconteceu com o extrativismo da borracha, no início do século XX.

Mas a reestruturação produtiva na Amazônia-acreana foi muito além, porque lá na passagem para o século XX, a força de trabalho estava integrada a condições de trabalho que, por mais precárias que fossem, mantinham a dignidade humana e os potenciais de vida e resistência. Atualmente, na primeira década do século XXI, verifica-se que 72,61% da população vive na cidade, porém, a escolha pelo extrativismo para exportação, condicionou a luta pela sobrevivência às práticas criativas e aos arranjos ocasionais em que aproximadamente 60% da população é reconhecido como pobres ou extremamente pobres, com rendas *per capita* entre R\$70,00 e R\$140,00 reais. (SEDS, 2013).

Considerando esse cenário em que a precarização é a marca estrutural e histórica, evidencia-se uma escala de classes onde os trabalhadores oscilam desde a precarização no emprego passando por outros graus até se tornarem supérfluos, indo compor uma camada de trabalhadores sobranes do emprego, sobre os quais se apoiam o patronato para agudizar a exploração da classe trabalhadora.

O mundo do trabalho se transforma em uma guerra social aberta e/ou velada, marcado por ações de revolta individuais, inconscientes e brutais (crime, tráfico, prostituição), mas também por movimentos de reconquista da dignidade do trabalhador. A resistência é contínua e assume expressões renovadas em todas essas fases, entretanto a precarização estrutural é a marca distintiva de um sujeito histórico que contribui ativamente, atuando em seringais, nas reservas extrativistas, em fazendas, no serviço público, no comércio, na indústria ou no trabalho de rua. Trabalhando, quase sempre sem empregos formais, sem salário definido previamente, sem previdência social, sem garantias de trabalho, ou com contratos temporários, baixos salários, ou “bolsas” compensatórias.

Essa questão social se expressou por inteiro nas manifestações de junho/2013, que seguindo a tendência das manifestações de outras cidades brasileiras, na maior mobilização da história do Estado, na qual trinta e cinco mil pessoas saíram às ruas, indicando, também, que o aprofundamento da precarização como estratégia de dominação, alcançou limites físicos e sociais.

Referências

- Albuquerque, G. R. (2005). *Trabalhadores do Muru, o Rio das Cigarras*. Rio Branco: Edufac.
- Almeida, D. J. Neto (2004). *Identidade Cultural e Resistência Seringueira na Periferia de Rio Branco-AC (1970-1980)*. Rio Branco: Edufac.
- Alcântara, J. M. P. R. *Privatizações das telecomunicações: desemprego, informalidades e reestruturação do trabalho no Acre*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – União Educacional do Norte, Rio Branco, AC, Brasil.
- Alves, G. (2012). Trabalhadores precários: o exemplo emblemático de Portugal. *Margem Esquerda: Ensaios Marxistas*, 18, 31-36.
- Amâncio, O. (2012). Manejo de madeira invade reserva extrativista e Osmarino Amâncio desabafa: “Somos vítimas de extermínio”. *AC24Horas*. Acesso em 5 de Agosto, 2013, de

<http://www.ac24horas.com/2012/05/10/manejo-de-madeira-invade-reserva-extrativista-e-osmarino-amancio-desabafa-somos-vitimas-de-exterminio/>.

- Amaral, E. (2012). Incentivos aos serviços ambientais estão de acordo com a cultura acreana. *Instituto Carbono Brasil*. Acesso em 5 de Agosto, 2013, de <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/redd /noticia=731953>.
- Antunes, R. (2012). A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. *Margem Esquerda: Ensaios Marxistas*, 18, 42-47.
- Antunes, R. (2011). *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.
- Arruda, I. (2013). Governo do Acre nega crise na indústria madeireira. *Jornal A Gazeta*, Caderno Acre Economia, p. 3.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Campos, S. da S. (2013). *Trabalhadores em duas rodas: mototaxistas em Rio Branco (AC)* (Monografia de bacharelado). Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil.
- Castels, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Drigo, I. G. (2005). *Certificação do manejo florestal comunitário na Amazônia: quem adere e por quê? Estudo de caso de duas experiências no Estado do Acre*. São Paulo: FEA/USP/PROCAM.
- Druck, G. (2012). A Metamorfose da Precarização Social no Brasil. *Margem Esquerda: Ensaios Marxistas*, 18, 37-41.
- Engels, F. (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lei n. 2.308, de 22 de outubro de 2010* (2010). Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. Rio Branco, AC.
- Lei n. 11.284, de 2 de março de 2006* (2006). Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília, DF.
- Leguizamon, S. A. (Org.) (2005). *Trabajo Y producción de la pobreza em Latinoamérica Y el Caribe: Estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: GLACSO.

- Lima, E. & Silva, I. C. e (2012). *As faces do trabalho no Calçadão do centro de Rio Branco (AC)*. Pôster no XXI Seminário de Iniciação Científica e XI Mostra de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil.
- Loureiro, E. da S. (2012). *(Des)construção social da Cadeia Produtiva da Madeira*. Pôster no XXI Seminário de Iniciação Científica e XI Mostra de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil.
- Malaguti, L. M. (2001). *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo.
- Mamed, L. H., & Lima, E. O. de. (2013, setembro). Precarização estrutural e migração internacional de trabalhadores: a problemática dos haitianos na Amazônia. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*, Salvador, BA, Brasil.
- Marx, K. (1975). *O capital: crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mészáros, I. (2006). Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* (pp. 27-44). São Paulo: Boitempo.
- Paula, E. A. de (2012). *Dossiê Acre - Documento especial para a Cúpula dos Povos - O Acre que os mercadores da natureza escondem*. Rio de Janeiro: 2012.
- Paula, E. A. de (2005). *(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: Edufac.
- Paula, E. A. de, & Silva, S. S. (2006). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-Acreana*. Rio Branco: Edufac.
- Pochmann, M. (2012). *A Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- Queiroz, M. C., & Lima, E. O. de (2012). *O universo dos guardadores de carro em Rio Branco (AC)*. Pôster no XXI Seminário de Iniciação Científica e XI Mostra de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, Brasil.
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. *Cadastro único de programas sociais*. Rio Branco: SEDS, 2013.
- Silva, A. F. (1982). *Raízes da ocupação recente das terras do acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte: UFMG.